

Aranaú Holdings S.A.
CNPJ 15.011.846/0001-02
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aranaú Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Prejuízo de R\$ (28.937) mil, Patrimônio Líquido de R\$ 944.538 mil e Ativos Totais de R\$ 944.538 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Diretores da
Aranaú Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aranaú Holdings S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas..

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aranaú Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 F SP



Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-4

ARANAÚ HOLDINGS S.A.

C.N.P.J. 15.011.846/0001-02

N.I.R.E 35.300.418.328

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

Balanco Patrimonial - Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante		61	80
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	61	80
Não Circulante		944.477	973.000
Realizável a Longo Prazo		15	7
Tributos a Compensar ou a Recuperar		2	-
Créditos Tributários	12c	13	7
Investimentos	6	944.462	972.993
Total do Ativo		944.538	973.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	2023	2022
Passivo			
Patrimônio Líquido		944.538	973.080
Capital Social:			
- De Domiciliados no País	7a	1.231.374	1.231.374
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.191)	(1.586)
Prejuízos Acumulados		(285.645)	(256.708)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		944.538	973.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ARANAÚ HOLDINGS S.A.

C.N.P.J. 15.011.846/0001-02

N.I.R.E 35.300.418.328

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

Demonstração do Resultado - Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(28.923)	(211.396)
Receitas Financeiras Líquidas	8	3	5
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	(28.926)	(211.401)
DESPESAS OPERACIONAIS		(20)	(26)
Despesas Tributárias	9	(1)	(1)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(19)	(25)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		(28.943)	(211.422)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	6	7
Prejuízo do Exercício		(28.937)	(211.415)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ARANAÚ HOLDINGS S.A.

C.N.P.J. 15.011.846/0001-02

N.I.R.E 35.300.418.328

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

Eventos	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
SALDOS EM 31.12.2021	1.119.307	-	(45.293)	1.074.014
Aumento de Capital	112.067	-	-	112.067
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(1.586)	-	(1.586)
Prejuízo do Exercício	-	-	(211.415)	(211.415)
SALDOS EM 31.12.2022	1.231.374	(1.586)	(256.708)	973.080
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	395	-	395
Prejuízo do Exercício	-	-	(28.937)	(28.937)
SALDOS EM 31.12.2023	1.231.374	(1.191)	(285.645)	944.538

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ARANAÚ HOLDINGS S.A.

C.N.P.J. 15.011.846/0001-02

N.I.R.E 35.300.418.328

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

Demonstração do Resultado Abrangente - Em milhares de reais

	2023	2022
Prejuízo do Exercício	(28.937)	(211.415)
Outros Resultados Abrangentes	395	(1.586)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	395	(1.586)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(28.542)	(213.001)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ARANAÚ HOLDINGS S.A.

C.N.P.J. 15.011.846/0001-02

N.I.R.E 35.300.418.328

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.943)	(211.422)
Ajustes ao Prejuízo	28.926	211.408
Resultado de Equivalência Patrimonial	28.926	211.401
Outros	-	7
Prejuízo Ajustado	(17)	(14)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(2)	(7)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(19)	(21)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	-	100
Aumento de Capital Social	-	100
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	100
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(19)	79
Início do Exercício	80	1
Fim do Exercício	61	80
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(19)	79

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ARANAÚ HOLDINGS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aranaú Holdings S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade que tem por objetivo exclusivamente a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Aranaú Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos em curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB), e fundos de investimentos cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.5. Investimentos

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em Sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a sua probabilidade de perda.

2.8. Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.9. Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre certificado de depósito bancário e os juros que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10. Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11. Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Disponibilidade em Moeda Nacional	61	-
Certificado de Depósito Bancário ⁽¹⁾	-	80
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	61	80

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento de caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2(2.3), os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

6. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de “Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de Avaliação	
				ON	PN		2023	2022	2023	2022
				Bitz Instituição de Pagamentos S.A.	1.256.001		838.696	(23.630)	20.429	-
Haitong Banco de Investimentos do Brasil S.A. ⁽¹⁾	420.000	528.830	(25.345)	12.734	12.734	20,000002	105.766	110.667	(5.296)	286
TOTAL							944.462	972.993	(28.926)	(211.401)

(1) Em 29 de Abril de 2022, houve um aumento de capital social efetuado pelo Banco Bradesco S.A. com investimento da Haitong Banco de Investimentos do Brasil S.A.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias ⁽¹⁾ ⁽²⁾	2.181.278.580	2.181.278.580
Total	2.181.278.580	2.181.278.580

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 111.967, elevando-o de R\$ 1.119.307 para R\$ 1.231.274, mediante a emissão de 216.352.903 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal; e

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 100, elevando-o de R\$ 1.231.274 para R\$ 1.231.374, mediante a emissão de 196.426 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

8. RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento em Certificado de Depósito Bancário - CDB	1	5
Rendimento em Fundos de Investimentos	2	-
Total	3	5

9. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos e Taxas	1	1
Total	1	1

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços de Terceiros	19	25
Total	19	25

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimentos S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidade em Moeda Nacional				
Banco Bradesco S.A.	61	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB				
Banco Bradesco S.A.	-	80	1	5

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(28.943)	(211.422)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	9.841	71.883
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas	(9.835)	(71.876)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	6	7

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Constituição/realização no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	2	2
Prejuízo fiscal	4	5
Imposto de renda e contribuição social do exercício	6	7

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2022	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	7	6	-	13
Total dos créditos tributários	7	6	-	13

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	-	-	10	3	13
Total	-	-	10	3	13

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
- b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.
- c) Não houve eventos subsequentes que necessitem ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Geane Braga de Melo
Contadora – CRC 1SP273494/O-7